



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.^a SL

Aos 29 dias do mês de outubro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

15:00

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 95/XII e 96/XII, relativas às reuniões de 24 e 26 de outubro

2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Presidente do Tribunal de Contas sobre o acompanhamento do processo de reprivatização da TAP.

3. Apreciação Parlamentar n.º 29/XII/1.^a (PCP) - Decreto-Lei n.º 145/2012, de 11 de julho, que "Aprova a orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P."

Apreciação e votação das propostas de alteração

4. Apreciação Parlamentar n.º 33/XII/2.^a (PCP) - Decreto-Lei n.º 199/2012, de 24 de agosto, que "altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno."

Apreciação e votação das propostas de alteração

5. Apreciação Parlamentar n.º 34/XII/2.^a (PS) - "Decreto-Lei n.º 199/2012, de 24 de agosto, que "altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno."



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.^a SL

Apreciação e votação das propostas de alteração

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do acordo de cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Confederação Suíça, por outro, sobre os programas de navegação por satélite europeus [COM(2012)470]

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)

7. Apreciação da informação da discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 458/XII/1.^a (BE) - "Recomenda ao Governo a manutenção do sistema de isenções e descontos em todas as ex-SCUT" e n.º 401/XII/1.^a (PCP) - "Pela abolição das portagens nas antigas autoestradas SCUT e a manutenção das atuais isenções até a eliminação das portagens."

8. Outros assuntos.

16:00

Audição do Ministro da Economia e do Emprego, sobre as medidas que tomou para evitar o abandono do projeto do GRUPO SAIP no Alqueva e a política do Governo relativamente ao investimento empresarial nacional e estrangeiro, na sequência de um requerimento potestativo do PS.

18:00

Audição do Senhor Presidente da Estradas de Portugal, na sequência de requerimento do PSD e CDS-PP.

15:00

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 95/XII e 96/XII, relativas às reuniões de 24 e 26 de outubro



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.^a SL

Neste ponto da ordem do dia, quanto à ata n.º 95/XII/2.^a, relativa à reunião de 24 de outubro, o Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) informou que pretendia introduzir uma precisão no texto, após o que a faria chegar à Mesa.

Nesses termos, a ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

A ata n.º 96/XII/2.^a, relativa à reunião de 26 de outubro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Presidente do Tribunal de Contas sobre o acompanhamento do processo de reprivatização da TAP.

Foi dado início a este ponto da ordem de trabalhos com a intervenção do Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) que começou por referir que na linha do debate ocorrido na semana anterior tinha havido unanimidade quanto à necessidade de se efetuar uma adequada fiscalização e acompanhamento do processo de reprivatização da TAP. Justificava-se ouvir o Tribunal de Contas, importando aferir da sua atuação e ter acesso aos elementos informativos que vinham sendo utilizados.

O Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) interveio para referir que a lei-quadro das privatizações enfatiza o papel a desempenhar pelo Tribunal de Contas.

Igualmente se referiu às competências dos órgãos de soberania em relação aos negócios de natureza política, ao Tribunal de Contas e a fiscalização sucessiva dos atos do Governo e o visto prévio, em sede de reforço das penalizações no quadro dos atos dos decisores, demonstrando que estes aspetos diferiam da pretensão do PS manifestados em prol da audição ao Presidente do referido Tribunal.

Nesse sentido, constituiria uma interferência da Assembleia da República ouvir o Presidente do Tribunal de Contas, antes mesmo de este dar início ao processo de acompanhamento. Por essa razão, não se afigurava oportuno, naquele momento, proceder-se à audição requerida.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.ª SL

No uso da palavra, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) disse que embora não objetando ao ato de se proceder à audição em apreço, a questão principal residia na opção política, porque a considerava politicamente lesiva para o país e para o interesse nacional.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) centrou a sua intervenção nos aspetos que, em seu entender, deviam ser considerados distintos: um deles referia-se às dúvidas apresentadas sobre o negócio propriamente dito e o outro, à concretização da audição. Não competia ao Tribunal de Contas efetuar uma análise prévia. Não descurando o papel a desempenhar pela Assembleia da República, parecia-lhe desnecessário ouvir, naquele momento, o Presidente do Tribunal de Contas. Na 3.ª fase de negociação direta, os grupos parlamentares dispunham de instrumentos parlamentares para questionar o Governo sobre a matéria, nomeadamente em sede de discussão da proposta de lei do Orçamento de Estado, na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) pronunciou-se, dizendo que remetia para o Governo o facto de dizer que o Tribunal de Contas é fundamental para acompanhar o processo. Parecia-lhe, assim, que a maioria parlamentar usava de opacidade que impedia a referida audição.

O Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) mencionou que estranhava o ênfase dado pelo Governo em relação ao acompanhamento que o Tribunal ia fazer do processo. Nesse sentido, questionava a razão pela qual o Secretário de Estado tinha referido que o acompanhamento ia ter um carácter permanente. Afinal, o Tribunal ia apenas fazer o acompanhamento *a posteriori*.

Uma vez que a maioria parlamentar ia rejeitar o requerimento apresentado, o PS teria que equacionar o agendamento potestativo sobre este assunto.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos a favor do PS, PCP e BE.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.^a SL

3. apreciação Parlamentar n.º 29/XII/1.^a (PCP) - Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de JULHO, que "Aprova a orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P."

Apreciação e votação das propostas de alteração

No âmbito desta apreciação parlamentar, o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que o modelo de orgânica adotado era distinto do dos demais Laboratórios do Estado e reiterou os argumentos expendidos por ocasião desta apreciação parlamentar com a presença do Secretário de Estado da Energia (*vide* ata nº 94/XII/2.^aSL, de 17.10.2012).

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) informou que o PSD não ia aprovar as alterações propostas. Era importante não misturar a função do conselho científico, de parecer, com a do conselho diretivo.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) referiu que, apesar da audição havida com o Secretário de Estado da Energia, não via a necessidade de que no caso deste laboratório a orgânica diferisse da dos restantes.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) interveio para dizer que o BE acompanhava as propostas apresentadas pelo PCP.

Submetidas à votação, foram as propostas de alteração dos artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 145/2012 rejeitadas, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PCP e BE e a abstenção do PS.

4. Apreciação Parlamentar n.º 33/XII/2.^a (PCP) - Decreto-Lei n.º 199/2012, de 24 de agosto, que "altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.ª SL

Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno."

Apreciação e votação das propostas de alteração

Este ponto da ordem do dia foi discutido com o ponto seguinte.

5. Apreciação Parlamentar n.º 34/XII/2.ª (PS) - "Decreto-Lei n.º 199/2012, de 24 de agosto, que "altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno."

Apreciação e votação das propostas de alteração

Neste ponto da ordem de trabalhos intervieram os Senhores Deputados Hortense Martins (PS), Bruno Dias (PCP), Paulo Baptista Santos (PSD) e Hélder Amaral (CDS-PP).

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) referiu-se às possíveis audições que os grupos parlamentares pretendessem fazer sobre a matéria porque a mesma requeria mais análise e o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) mencionou que o assunto justificava uma apreciação com mais tempo e uma vez que o Ministro da Economia e do Emprego ia ser ouvido em momento subsequente à presente reunião, propunha que este ponto da agenda fosse adiado para a reunião seguinte.

Seguiu-se o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) para dizer que o assunto tinha sido debatido no Plenário e que as propostas de alteração, sendo simples, reuniam condições para serem votadas.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que o seu grupo parlamentar aceitava a proposta de adiamento do PS, com base no artigo 18.º, n.º 3, do Regulamento da Comissão.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.ª SL

O Senhor Presidente concluiu pelo adiamento dos pontos 4 e 5 da presente agenda para a reunião ordinária seguinte.

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do acordo de cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Confederação Suíça, por outro, sobre os programas de navegação por satélite europeus [COM(2012)470]

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)

O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) apresentou o relatório sobre o assunto acima mencionado.

Submetido à votação, o relatório foi aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP e do BE.

7. Apreciação da informação da discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 458/XII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a manutenção do sistema de isenções e descontos em todas as ex-SCUT" e n.º 401/XII/1.ª (PCP) - "Pela abolição das portagens nas antigas autoestradas SCUT e a manutenção das atuais isenções até a eliminação das portagens."

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) informou que iria enviar ao apoio da Comissão umas precisões à sua intervenção.

O Senhor Presidente informou que, não havendo mais propostas de alteração e assim que essas precisões fossem entregues, iria enviar a informação à Senhora Presidente da Assembleia da República.

8. Outros assuntos.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.ª SL

O Presidente informou que a visita que estava prevista à nova Central da Barragem do Alqueva para o dia 12 novembro iria ser adiada e que faria contactos com o Presidente do Conselho de Administração da EDP, com vista ao seu reagendamento.

Lembrou ainda as propostas de lei pendentes na Comissão para apreciação na especialidade e informou que iria ser enviado e-mail com indicação de novo prazo para apresentação de propostas de alteração, tendo em consideração o período de discussão do Orçamento do Estado para 2013 que se avizinhava.

16:00

Audição do Ministro da Economia e do Emprego, sobre as medidas que tomou para evitar o abandono do projeto do GRUPO SAIP no Alqueva e a política do Governo relativamente ao investimento empresarial nacional e estrangeiro, na sequência de um requerimento potestativo do PS.

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego para uma intervenção inicial. O Senhor Ministro da Economia e do Emprego fez-se acompanhar dos três Secretários de Estado: das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Energia e do Turismo.

Usaram da palavra, na 1.ª ronda, para colocar questões, os Senhores Deputados Basílio Horta (PS), Nuno Serra (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), João Oliveira (PCP) e Catarina Martins (BE), tendo o Senhor Ministro respondido individualmente aos Deputados.

Na 2.ª ronda intervieram os Senhores Deputados Basílio Horta (PS), Paulo Baptista Santos (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), João Oliveira (PCP) e Catarina Martins (BE), tendo o Senhor Ministro respondido em conjunto aos Deputados.

18:00

Audição do Senhor Presidente da Estradas de Portugal, na sequência de requerimento do PSD e CDS-PP.

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Estradas de Portugal para uma intervenção inicial. Nesta audição o Senhor Presidente da Estradas de Portugal fez-se acompanhar do Senhor Dr. Rui Manteigas, Diretor na mesma empresa.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.^a SL

Usaram da palavra para colocar questões, os Senhores Deputados Carina Oliveira (PSD), Fernando Serrasqueiro (PS), Paulo Baptista Santos (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), Bruno Dias (PCP), João Ramos (PCP), Paulo Cavaleiro (PSD), João Paulo Viegas (CDS-PP) e Rui Paulo Figueiredo (PS), tendo o Senhor Presidente da Estradas de Portugal respondido individualmente aos Deputados.

As audições foram objeto de gravação na íntegra, encontrando-se disponíveis na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 21:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de novembro de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
António Leitão Amaro
Basílio Horta
Bruno Dias
Cristóvão Crespo
João Oliveira
Maria Paula Cardoso
Miguel Tiago
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Fernando Jesus
Heloísa Apolónia
Luís Leite Ramos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 97/XII/ 2.^a SL